EDIÇÇÃO Nº 06

BOLETIM INFORMATIVO

MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social possui como atribuição principal subsidiar os Órgãos de Execução do Ministério Público de Mato Grosso na defesa da efetiva implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, observando a transversalidade das políticas públicas de assistência social.

A Edição nº 06 do Boletim Informativo dedica-se, precipuamente, ao tema "PLANO BRASIL SEM FOME", Plano esse que detêm o objetivo de tirar o Brasil do mapa da fome até 2030, com a redução da pobreza e da insegurança alimentar.

Em 2022, um estudo da Rede de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional revelou que 33 milhões de pessoas viviam em condições de insegurança alimentar grave, sem acesso regular a alimentos adequados e suficientes para suprir suas necessidades básicas. Além disso, outras dezenas de milhões haviam reduzido sua alimentação ou conviviam com o medo de passar fome.

A fome é associada majoritariamente à extrema pobreza, mas ela é também uma expressão das nossas desigualdades, sua consequência mais grave e perversa.

Insta salientar que, as desigualdades de renda, regionais, de gênero, raça, geração e origem social convergem para a fome em um ciclo vicioso que se retroalimenta.

SUMÁRIO

01 NOTÍCIAS

02 NOVIDADES LEGISLATIVAS

03 ATUAÇÃO MPMT

04 ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)

05 INDICAÇÕES INTERATIVAS

06 "OUSE SABER"

Equipe

Paulo Henrique Amaral Motta
Promotor de Justiça - Coordenador

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra
Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Gabrielle dos Santos
Assistente Ministerial (Serviço Social)

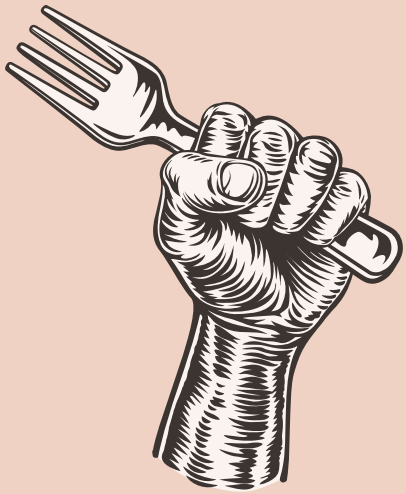
Jovana Albuês da Silva
Auxiliar Ministerial (Direito)

MPMT Ministério Público DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. NOTÍCIAS

Governo Federal lança plano para tirar o Brasil do mapa da fome novamente

As ações de mobilização do Plano Brasil Sem Fome já tiveram início com assinatura de Protocolos de Intenção com estados, entidades e municípios prioritários. Para que os demais entes federados integrem a estratégia, serão realizadas as Caravanas do Brasil Sem Fome, que priorizarão locais com o maior número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave. Uma campanha informativa também será realizada para que os principais programas sejam conhecidos pela população e pelo setor público.



Trata-se de estratégia de mobilização e união nacional para garantir que cada habitante do país possa fazer ao menos 03 (três) refeições por dia, com alimentos em quantidade e qualidade adequados e com preços justos.

Fonte: Governo Federal.

MDS participa de 23º Encontro Regional com gestores e trabalhadores da assistência social da região Sudeste

O Evento promovido pelo Congemas debateu a reconstrução do SUAS e o desafio de eliminar a fome e a pobreza no país.

Promovido anualmente e com foco na capacitação de gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o encontro é voltado aos secretários municipais de assistência social, trabalhadores do SUAS, bem como estudantes universitários e demais interessados no tema.

O evento contou ainda com a participação das equipes técnicas das secretarias do MDS, em painéis temáticos, debates e oficinas simultâneas de capacitação, explorando temas como o enfrentamento às desigualdades étnico-raciais, de gênero e sociais, direito a renda, atuação intersetorial e impactos do novo Bolsa Família, desafios e aprimoramento da gestão do SUAS, desafios da construção da política nacional de cuidados, proteção social à população em situação de rua, segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Fonte: Governo Federal.

Reunião entre MDS, MDA e Pacto Contra a Fome discute composição da cesta básica

Segundo relatório da FAO (Food and Agriculture Organization), 22,4% da população não têm recursos para acessar alimentos saudáveis.

Além disso, dados do IBGE de 2021 apontaram que mais pessoas morrem por se alimentarem de forma inadequada do que por homicídio no Brasil. Já os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) com doenças crônicas causadas pela má alimentação chegam a R$ 3,45 bilhões de reais.

Com base nesses dados, o movimento Pacto Contra a Fome defende que, além de beneficiar pessoas em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar, a cesta básica tenha uma composição que proporcione uma alimentação com mais qualidade nutricional e que respeite a diversidade regional.

Fonte: Governo Federal.

Legislação do Bolsa Família veda concessão de consignado a beneficiários para evitar endividamento da população em situação de vulnerabilidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a modalidade de empréstimo sob o ponto de vista legal, mas o Governo Federal leva em conta também o aspecto social, garantido na **Lei nº 14.601**, que recriou o Bolsa Família. O Governo Federal, porém, avalia também o potencial de endividamento da população em situação de vulnerabilidade.

Segundo Wellington Dias, o Bolsa Família não se configura como salário, mas como um programa de transferência de renda concedido pelo Governo Federal para apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade social. "*Atendemos famílias abaixo da linha da pobreza. Se você comprometer um valor mensal do Bolsa Família com pagamento de prestação, pode comprometer o principal objetivo do programa, que é alimentação.*".

Fonte: Governo Federal.

MDS debate ações pelo combate à fome com o Conselho Nacional de Assistência Social

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, participou no dia 14 de setembro da 321ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Entre as pautas abordadas, o pleno do CNAS apresentou o Movimento Pacto Contra a Fome, iniciativa que visa fortalecer a liderança do setor público e a atuação da sociedade civil para combater a fome nos estados mais vulneráveis, por meio de indicadores e do monitoramento de políticas públicas.

Wellington Dias ressaltou que o CNAS representa os usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e apresentou as ações executadas pelo MDS na área. "*Apresentamos o Plano Brasil Sem Fome e a importância da conferência, do fortalecimento com o Fundo Nacional da Assistência Social, e tivemos a oportunidade de ver a apresentação do Pacto Contra a Fome, esse movimento da sociedade civil também é muito importante e destacado neste momento do Brasil*", pontuou.

Fonte: Governo Federal.

Erradicação da fome e da pobreza e mais igualdade são pautas do PPA mais participativo da história

O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 foi assinado em 30 de agosto, pelo Presidente da República.

O PPA é uma das peças orçamentárias obrigatórias pela Constituição Brasileira. Ele estabelece as prioridades do governo para o ciclo de 04 (quatro anos) e é um guia para orçamentos anuais. Nenhum programa pode estar no orçamento federal se não estiver previsto no PPA.

Após a assinatura, o Plano foi entregue ao presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco, e deve ser aprovado pelo parlamento até 31 de dezembro.

Com 88 (oitenta e oito) programas, os mais votados do PPA tratam do enfrentamento à emergência climática (20.534 votos), da atenção primária à saúde (20.427 votos) e da atenção especializada à saúde (18.786 votos).

Entre os principais temas sinalizados estão Saúde, Justiça e Segurança Pública e Educação.

Fonte: Governo Federal.

Encontro estadual (MT) debate ações do Poder Público voltadas à primeira infância

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) realizou nos dias 11 e 12 de setembro, em Cuiabá, o Encontro Estadual de Boas Práticas pela Primeira Infância.

O evento reuniu gestores da área da assistência social, coordenadores, supervisores e visitadores do Programa Criança Feliz e dos Centros de Referência em Assistência Social nos municípios para discutir o tema.

No evento, foram apresentadas ações exitosas de promoção do fortalecimento de vínculos familiares, cuidados parentais e integração de esforços no território, por meio do Programa Criança Feliz, em atenção às famílias beneficiárias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando a discussão sobre as demais ações realizadas no âmbito estadual em prol das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Fonte: Governo Estadual.

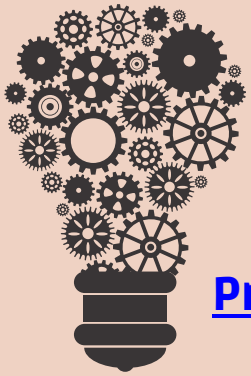
Governos de Cuiabá e do Mato Grosso aderem ao Plano Brasil Sem Fome do Governo Federal

Com o objetivo de ajudar a eliminar a fome no Brasil, reduzir a pobreza e combater a insegurança alimentar da população, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias cumpriu agenda na capital do estado no dia 22 e setembro, onde assinou parcerias em prol da segurança alimentar e da inserção no mercado de trabalho.

As ações do estado e do município vão fortalecer as políticas públicas do Governo Federal, que estão contempladas no Plano Brasil Sem Fome e incluem mais de 80 (oitenta) programas e iniciativas.

"*A pobreza não se resume apenas à comida e à renda. Também envolve a falta de dignidade e de qualidade de vida. O Plano Brasil Sem Fome consiste em mais de 80 programas e ações que disponibilizamos para quem mais precisa*", afirmou o Ministro.

Fonte: Governo Federal.



Prefeitura de Cuiabá está na vanguarda com a ação do PROCAD-SUAS

A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, está na vanguarda ao aderir ao Programa Cadastro Único para Programas Sociais- PROCAD-SUAS, tornando-se o primeiro município de Mato Grosso a formar uma equipe dedicada a esse importante trabalho. O lançamento oficial da ação aconteceu na terça-feira (12), no auditório da Secretaria de Educação com a presença de diversas autoridades.

O programa PROCAD-SUAS iniciou as atividades no dia 18 de setembro e está programado para funcionar até 31 de dezembro, de acordo com as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O programa visa não apenas atualizar o Cadastro Único, mas também incluir famílias em situação de vulnerabilidade que ainda não têm acesso aos benefícios sociais, como o Bolsa Família.

Em Cuiabá, a operação do programa será conduzida de forma indireta em parceria com a empresa Atitude, que será a responsável pela administração. Foi assinado um Termo de Colaboração Emergencial pactuado através da dispensa de chamamento público.

Foi contratada uma equipe de 60 (sessenta pessoas), incluindo motoristas, entrevistadores, supervisores e um coordenador do programa. Elas serão distribuídas em diferentes regiões da cidade, com uma equipe específica para atender grupos e comunidades tradicionais. Além disso, serão alocados 10 (dez) profissionais adicionais para fortalecer as unidades existentes, que ficarão em cada Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá.

2. NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAL

Lei nº 14.674, de 14.9.2023

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar .

Lei nº 14.678, de 18.9.2023

Institui a Semana do Migrante e do Refugiado .

Lei nº 14.679, de 18.9.2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Decreto nº 11.673, de 30.8.2023

Altera o Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.

2. NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAL

Decreto nº 11.678, de 30.8.2023

Altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para regulamentar disposições relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador.

Decreto nº 11.679, de 31.8.2023

Institui o Plano Brasil Sem Fome.

Decreto nº 11.680, de 31.8.2023

Convoca a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Decreto nº 11.707, de 18.9.2023

Institui o Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas.

Medida Provisória nº 1.188, de 19.9.2023

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R$ 360.900.000,00, para os fins que especifica.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)

Município assume compromisso de instalar CAPS em Poxoréu

O Município de Poxoréu, distante 257 km de Cuiabá, firmou Termo de Compromisso com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso assumindo a obrigação de custear a **instalação de uma unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)** na cidade. Deverá ainda promover a manutenção do serviço por meio de cofinanciamento com o Governo Federal, com a garantia de fundos e recursos humanos adequados ao seu funcionamento.

De acordo com o Termo de Compromisso, além de fazer a solicitação de incentivos para a implantação da unidade, o chefe do Poder Executivo local deverá providenciar e encaminhar ao Ministério da Saúde os documentos exigidos. O **atendimento ao usuário do CAPS em Poxoréu** deverá começar a ser realizado a partir de janeiro de 2024.
Fonte: MPMT.

Ministério Público participa de mutirão de atendimento nos dias 18 e 19

A Promotoria de Justiça de Colniza (a 1.065km de Cuiabá) participou nos dias 18 e 19 de setembro do projeto "Defensoria até você". A iniciativa consiste em um mutirão de atendimento e oferta de serviços jurídicos e administrativos a grupos populacionais vulneráveis, promovido pela Defensoria Pública de Mato Grosso, na Escola Municipal Bom Jesus, das 9h às 17h.

"*Além de participar fazendo atendimento ao público em geral, o Ministério Público de Mato Grosso vai atuar em audiências, priorizando acordos nas ações de família e acordos de não-persecução penal na área criminal*", contou o Promotor de Justiça substituto Bruno Barros Pereira.

Entre os serviços oferecidos estão orientação jurídica; audiências de conciliação, pensão e divórcio; isenção para 2ª via de documentos; emissão gratuita de RG e CPF; vacinas, cartão SUS, testes rápidos, **cadastramento no CadÚnico e Bolsa Família.** Além do MPMT, são parceiros da Defensoria Pública a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Prefeitura Municipal de Colniza, Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), Receita Federal, Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), Poder Judiciário, entre outros.
Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)

TAC retira da fila do SUS 227 pacientes que aguardavam exames por anos

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pela 1ª Promotoria de Justiça Cível de Juara (a 709km de Cuiabá) vai garantir a disponibilização de 227 exames de imagens, sem ônus, a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) regulados junto ao Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) desde 2019. O acordo tem como compromissário o médico Haroldo Hatanaka e como anuentes o hospital Sociedade Médica São Lucas e o Município.

Conforme o TAC, o compromissário realizará, por meio da Sociedade Médica São Lucas, 144 exames de ressonância magnética e 83 exames de tomografia, todos sem contraste e sem sedação, sendo quatro exames por semana (duas ressonâncias e duas tomografias). Caberá à Secretaria Municipal de Saúde de Juara a elaboração da lista, e disponibilização semanal à Sociedade Médica São Lucas, dos pacientes que serão submetidos aos exames de imagem.

Também serão responsabilidade da secretaria as diligências para informação do dia e hora da realização dos exames, a cientificação dos pacientes e a confirmação junto à Sociedade Médica São Lucas no dia anterior à data agendada. A demanda será considerada como atendida caso, após confirmação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, o paciente não compareça no dia, horário e local de realização do exame, ou atrase por mais de 10 minutos.

Os resultados dos 227 exames serão encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde em até 120 dias a partir da assinatura do TAC (31 de julho de 2023), cabendo ao órgão a impressão e entrega dos laudos e imagens.

O descumprimento das obrigações assumidas implicará no pagamento de multa no valor de R$ 500,00 por dia, até o limite de R$ 100 mil.

Fonte: MPMT.

4. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP's)

MPPI realiza inspeções na rede de serviços socioassistenciais para a população em situação de rua em Teresina

A 49ª Promotoria de Justiça realizou, entre os dias 28 e 30 de agosto, a etapa de inspeções nas unidades socioassistenciais que compõem a rede de serviços destinados à população em situação de rua de Teresina.

As inspeções decorrem da necessidade de uniformização e da obrigatoriedade, pelos membros do Ministério Público, da presença em unidades e equipamentos que executam os serviços citados, conforme consta na Recomendação nº 60/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Considerando que o conjunto de serviços de assistência social está previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), verifica-se a necessidade de que os equipamentos socioassistenciais funcionem de acordo com as normativas estabelecidas no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), para que possam proporcionar a emancipação dos usuários.

Fonte: MPPI.

MPPA Promotoria de Justiça reúne com profissionais de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 6ª Promotora de Justiça Mayanna Silva de Souza Queiroz, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Marabá (PJ de Direitos constitucionais fundamentais), realizou duas reuniões com coordenadores e equipe técnica dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) localizados no bairro Nova Marabá e Morada Nova, no município de Marabá.

Durante as reuniões, foram abordados temas referentes à atuação da equipe técnica, bem como acerca do funcionamento dos programas que são desenvolvidos nos citados centros, levando em conta a legislação do SUAS e a realidade de cada local. Foi realizada ainda apresentação pela equipe técnica do MP acerca da atuação do Ministério Público na fiscalização do SUAS.

Fonte: MPPA.

4. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP's)

Educação e assistência social: MPDFT lança plataformas com dados sobre políticas públicas

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) lançou, nesta quarta-feira, 27 de setembro, duas ferramentas de coleta, organização e análise de informações sobre serviços públicos do Distrito Federal: o Mapa Social da Educação e o Mapa Social da Assistência Social. O objetivo é oferecer um panorama da realidade local a partir da reunião de indicadores oficiais atualizados sobre as políticas públicas à disposição da população.

No Mapa Social da Educação, é possível obter informações como número de escolas, de estudantes e de professores, além do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e as metas estipuladas no Plano Nacional de Educação. Todos os dados podem ser organizados de forma agregada ou filtrados por escola, cidade e nível de educação. O Mapa Social da Assistência Social traz indicadores sobre número de benefícios concedidos, de famílias atendidas e de agendamentos. As informações podem ser filtradas por local, tipo de serviço e unidade de atendimento.

O Mapa Social do Distrito Federal é uma ferramenta que reúne dados sobre educação, assistência social, saúde e orçamento. Outras políticas públicas estão em fase de homologação e serão incluídas em breve. O projeto é uma iniciativa da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão em parceria com as secretarias de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Fazenda, além da Controladoria-Geral do Distrito Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal e de organizações da sociedade civil.

Fonte: MPDFT.

5. INDICAÇÕES INTERATIVAS

Para OUVIR:

1 PODCAST “CAFÉ DA MANHÃ”

FONTE: SPOTIFY.

2 PODCAST “FOME NO BRASIL”

FONTE: SPOTIFY.

5. INDICAÇÕES INTERATIVAS

Para VER:

3 Live: “Fome, segurança alimentar e o trabalho do e da assistente social”.

Fonte: Youtube - Canal Fórum Debates e Entrevistas

4 “AGENDA 2030. 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

Fonte: Canal Youtube - eu acomK

6. "OUSE SABER"

O Plano Brasil Sem Fome constituiu um instrumento para a **garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada,** direito fundamental previsto em tratados internacionais de direitos humanos, ratificados e reconhecidos pelo governo brasileiro, como o **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, de 1966.

No Brasil, a alimentação figura como um dos direitos sociais da população, garantido pela Constituição Federal em seu artigo 6º e regulado em leis e outras normas brasileiras.

Para a efetivação desse direito, a **Lei nº 11.346/2006**, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Ao consagrar uma concepção intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e apostar na participação social como princípio, a LOSAN instituiu um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre diferentes setores de governo, a colaboração entre os três níveis de poder e a integração de esforços entre Estado e sociedade para a implementação e execução das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e para o monitoramento da segurança alimentar e nutricional do país.

6. "OUSE SABER"

No dia 31 de agosto deste ano foi sancionado o **Decreto Federal Nº 11.679**, que instituiu o **Plano Brasil Sem Fome**, uma iniciativa que tem por objetivo garantir que todos tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis.

O Plano em comento traz propostas sobre o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional no país, bem como define pontos relevantes para nortear as ações de diferentes áreas da sociedade a fim de erradicar a fome, melhorar a produção e o acesso à alimentação saudável de forma sustentável.

O Plano Brasil Sem Fome será dividido em 03 (três) eixos centrais:

- **Acesso à renda e combate à pobreza:** A fome está fortemente associada à extrema pobreza e às dificuldades de acesso às políticas públicas. Este eixo reúne ações para identificar as pessoas em insegurança alimentar e nutricional, ampliar sua renda disponível com inclusão socioeconômica e cadastrá-las nos programas sociais.

- **Alimentação adequada:** Para promover o direito humano à alimentação adequada, este eixo aponta para a necessidade de ampliar a produção, a disponibilidade interna e o acesso à alimentação saudável no país.

- **Mobilização contra a fome:** Este eixo agrega iniciativas de mobilização, articulação e fortalecimento do protagonismo da sociedade civil e dos esforços públicos (Estados, municípios e poderes públicos) direcionados ao combate à fome através do SISAN, fortalecendo a democracia e a formação cidadã.

6. "OUSE SABER"

O **fortalecimento do novo Bolsa Família**, busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade e incentivo à capacitação profissional e inclusão produtiva: estas são algumas estratégias elencadas pelo governo federal no Plano Brasil Sem Fome. A expectativa é tirar o país do Mapa da Fome até 2030.

A ideia é incentivar também a mobilização em torno do combate à fome, com mais participação social e de movimentos populares. Governos estaduais e municipais também terão papel primordial.

Para identificar e monitorar a população afetada pela fome, a iniciativa vai usar dados do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa/InSAN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Protocolo Brasil Sem Fome.

O preocupante quadro apresentado pelos dados socioeconômicos mais recentes, entretanto, demanda a incorporação de um novo paradigma às políticas bem-sucedidas do passado: o combate à fome deve ser feito com alimentos adequados e saudáveis, enfrentando não apenas as desigualdades em suas variadas expressões, mas também os impactos decorrentes das transformações climáticas e dos sistemas alimentares, sem perder de vista a necessidade de fortalecer a participação social e o diálogo federativo como importantes pilares da democracia brasileira.

6. "OUSE SABER"

INOVAÇÕES DO PLANO BRASIL SEM FOME

- Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
- Protocolo Brasil Sem Fome;
- Programa de Alimentação do SUAS (PNA-SUAS);
- PAA nas Cozinhas Solidárias;
- SAN nas Cidades;
- Monitoramento anual da fome (EBIA/PNAD);
- Mapa da INSAN por município (CadÚnico);
- Mapa dos Equipamentos de SAN (Munic e Estadic/IBGE) – MAPASAN.

MPMT Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO